



O Pouco Conhecido Condestável Nuno Álvares Pereira,

Um dos Maiores Generais da História.

Manoel Candido de Andrade Netto*

1.Introdução:

Para estudar com mais facilidade a figura do Condestável Nuno Álvares Pereira, particularmente sua atuação no campo militar onde mostrou ser, em pleno século XIV, um verdadeiro gênio na arte da guerra, é preciso conhecer o cenário histórico onde tudo aconteceu. Foi um período complexo, quando, pelo casamento as casas reais da Península Ibérica transformavam quase todos os governantes em parentes e até batizavam com os mesmos nomes os herdeiros, dificultando a tarefa do historiador de hoje. Para melhorar o entendimento e facilitar a identificação dos personagens envolvidos, apresentaremos um esquema procurando definir com a precisão possível a posição ocupada pelos personagens.

Para melhor compreender Nuno Álvares Pereira, vamos estudar alguns aspectos da sua figura humana, que além de vencer grandes batalhas e apesar da insuficiência dos meios disponíveis, foi capaz de dividir com os menos favorecidos a fortuna que amealhou. Terminou seus dias inteiramente dedicado à vida religiosa, enclausurado no Mosteiro do Carmo, por ele próprio construído, depois de dispor de vários títulos de nobreza. Chegou a ter em vida, fama de santo e a Santa Sé em 1918, cerca de quinhentos anos depois, reconheceu seus méritos e o levou à Glória dos Altares, beatificando-o.

O caldo de cultura que propiciou o nascimento e a atuação desse importante vulto da história de Portugal começou a se formar no governo de D. Fernando I, que realizou uma importante reforma no exército.

*O autor é Coronel de Engenharia e Estado Maior, Sócio Emérito e Membro do Conselho Fiscal do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

2. A Reforma Militar de D. Fernando I (1367 – 1383)

D. Fernando I realizou várias reformas militares ao longo de seu reinado. Para nós interessa de perto a que alterou o comando do exército, substituindo o posto de Alferes Mor por dois outros: o de Condestável e o de Marechal.

a. CONDESTÁVEL era o mais alto posto do Exército e a ele cabia:

- dirigir a guerra e comandar todas as operações militares;

- promover os “**coudéis**” ” (capitães) de besteiros, de cavalaria e de homens de pé;

- nomear os “**quadrilheiros**” que eram os encarregados de repartir os saques e despojos de guerra;

- mandar os “**almocadéns**” (chefes, comandantes) e exploradores para reconhecer os caminhos;

- ordenar as “**velas**” (vigias) e “**escuitas**” de campo;

- informar o santo e a senha do dia e - exercer a suprema jurisdição da justiça militar, através do “**ouvidor**”.

Recebia como subsídios o produto das multas e os direitos pagos por vendilhões e “*mulheres solteiras de mancebia*”, que acompanhavam as tropas.

b. MARECHAL

Posto imediatamente abaixo ao de Condestável, cabendo a ele coadjuvá-lo em tudo.

3. Resumo dos Fatos

Em 1383, D. Fernando I fez, com D. João I de Castela, um ajuste de paz pelo qual seriam devolvidas a Portugal todas as praças e galés tomadas por Castela em guerras anteriores. Em troca, Fernando daria a mão de sua filha, a infanta D. Beatriz, menina que contava dez anos de idade na ocasião, em casamento com um dos filhos dele.

Logo em seguida D. João I ficou viúvo e propôs ao rei português substituir o próprio filho no arranjo matrimonial. A proposta foi aceita com a condição de que, quando ele morresse, sua esposa, Dona Leonor Teles, seria a regente do reino até que a rainha de Castela, no caso sua filha Beatriz, tivesse um filho em idade de reinar em Portugal (14 anos de idade). Após o casamento da filha e da morte de Fernando, D. Leonor, embora malquista pela população portuguesa, foi aclamada regente, pois naquele momento, essa era a melhor opção política disponível.

D. Fernando I



“Do justo e duro Pedro nasce o brando
(Vede da natureza o desconcerto),
Remisso e sem cuidado algum, Fernando,
Que todo reino pos em muito aperto;
Que vindo o castelhano devastando
As terras sem defesa, esteve perto
De destruir-se o reino totalmente;
Que um fraco rei faz fraca a forte gente”

Os Lusíadas (III – 138)

Considerando que Fernando I não tinha filhos varões mas só a filha casada com o rei de Castela, grande parte da população portuguesa temia pela independência do reino, já que D. João I de Castela poderia unir sob o seu controle as duas coroas. Havia os que preferiam D. Denis ou D. João, - irmãos de Fernando e filhos de D. Pedro I com Inês de Castro, ou até mesmo a própria rainha Dona Leonor Teles, a despeito de sua impopularidade, a correr o risco de se efetivar a junção das duas coroas Ibéricas.

O mestre de Avis, também chamado D. João, filho bastardo de D. Pedro I e de D. Tareja Lourenço, dama nobre da Galiza, tomou parte no processo sucessório a partir do assassinato do Conde Andeiro e acabou por receber o título de **defensor e regedor do**

reino. As cortes reunidas em Coimbra declararam vago o trono e o aclamaram Rei.

Para melhor entendimento apresentamos abaixo um esquema visando situar para o leitor a posição exata de cada personagem estudado neste trabalho:

REI	RAINHA / AMANTES	FILHOS
Dom Afonso IV	Dona Brites de Castela	Dom Pedro I
Dom Pedro I	Dona Constanca	Dom Fernando I
	Dona Inês de Castro	Dom Denis Dom João
	Dona Tareia Lourenco	Dom João (Mestre de Avis)
Dom Fernando I	Dona Leonor Teles	Dona Beatriz

4. Os personagens

D. Fernando I e D. Leonor Teles.

D. Fernando I, o Formoso, foi o nono rei de Portugal e o último da

primeira dinastia, a dos Bourbons. Foi coroado aos dezenove anos de idade. Era filho de D. Pedro I e de D. Constança e neto de D. Afonso IV, o Bravo.

D. Afonso IV (1325 – 1357)



"Passada esta tão próspera vitória,*
Tornado Afonso à Lusitana terra,
A se lograr da paz com tanta glória
Quanta gente soube ganhar na dura guerra,
O caso triste, e dino da memória
Que no sepulcro os homens desenterra
Aconteceu da mísera e mesquinha**
Que depois de morta foi rainha".

* Batalha do Salado (1340)

** infeliz e desgraçada

Os Lusíadas (III – 118)

Afonso IV que reinou entre 1325 e 1357 governou bem, combateu a corrupção, enriqueceu a nação e deu bem estar ao povo. Tudo ia muito bem até 1346, quando começou o romance de seu filho Pedro com Inês Pires de Castro, aia da própria esposa D. Constança, que quebrou a tranquilidade do reino.

A nobreza estava preocupada com a influência que os vâilidos de Inês de Castro, seus arrogantes irmãos, exerciam sobre o príncipe, o que poderia comprometer a independência do reino.

As conspirações no Paço visando eliminar Inês e seus irmãos, esbarrou durante anos na atitude do Rei, que não permitiu o derramamento do sangue inocente daquela bela mulher, cujo crime era ser loucamente amada por seu filho. Entretanto, na primavera de 1355 cedeu à pressão e seus conselheiros assassinaram Inês, no dia 7 de janeiro, no Paço em Coimbra.

Pedro, em grande desespero,

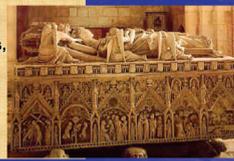
não podendo vingar-se, pois os assassinos eram protegidos por seu pai, recorreu à guerra civil contra ele. A única operação de vulto dessa guerra foi o ataque à cidade do Porto, que ainda não estava murada. A defesa foi conduzida pelo arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, que opôs séria resistência aos rebeldes. Sabendo do ataque ao Porto, o Rei que estava em Guimarães com suas forças, foi em socorro daquela praça.

Inês de Castro



"Tais contra Inês os brutos matadores
No colo, de alabastro que sostinha
As obras com que amor matou de amores
Aquele que depois a fez rainha,
As espadas banhando, e as brancas flores,
Que ela dos olhos seus regadas tinha,
Se encarniçavam, férvidos e irosos,
Do futuro castigo não cuidadosos."

Os Lusíadas (III – 132)



Arrefecidos os ânimos, pois o ímpeto da paixão passara, Pedro convencido que não era coerente cevar sua cólera em inocentes cidades, levantou o cerco e retirou-se vencido. A Rainha e o Prelado foram os medianeiros da Paz, jurada entre pai e filho.

D. Pedro I sucedeu a D. Afonso IV assumindo a coroa no início de 1357 e reinou por dez anos. Foi um período de felicidade e prosperidade em todo o reino. Carlos Selvagem no livro "Portugal Militar" transcreve a opinião de diversos autores sobre ele.



“Plebeu de modos, brutal em tudo, paternal, galhoifeiro...” Fernão Lopes
“Doido com freqüentes intervalos lúcidos de justiça.....” Herculano
“Sábio administrador, rei democrata, tirano à antiga em cujo espírito encarna toda a brutalidade popular...” Oliveira Martins

D. Pedro I



“Não correu muito tempo que a vingança
Não visse Pedro das mortais feridas,
Que, tomando do reino a governança,
A tomou dos fugidos homicidas.
Do outro Pedro cruíssimo os alcança,
Que ambos, inimigos das humanas vidas,
O concerto fizeram, duro e injusto,
Que com Lépido e Antonio fez augusto”

Os Lusíadas (III – 136)

Em suma, o povo o adorava.

D. Pedro I deixou quatro filhos, D. Fernando, seu herdeiro, os infantes D. João e D. Denis, filhos de Inês de Castro, um outro D. João, bastardo, filho que teve com a dama galega D. Tareja Lourenço, e que mais tarde seria o Mestre de Avis.

Fernando I foi coroado, aos dezenove anos de idade, exatamente no período que poderia ser chamado de final da era de ouro do período Afonsino. Embora fosse inteligente, bondoso e culto, era fraco e indeciso.

Os erros de uma fantasiosa política o levaram a dilapidar a fazenda pública em longas e desastrosas guerras com Castela, cujo cetro ambicionava, levando a nação a uma profunda crise. Só o salvou a organização militar que implantou e o heroísmo dos homens de armas de seu exército que cultivavam um arraigado instinto de independência.

A crise orgânica que gerou, tornando-se sucessivamente econômica, política, social e dinástica, custou trinta anos de guerras e culminou com a queda da dinastia dos Bourbons e a implantação, em seu lugar, da dinastia de Avis, que estabeleceu uma nova estrutura social e novos rumos para as atividades econômicas e militares da nação.

Leonor Teles de Menezes



“Ou foi castigo claro do pecado
De tirar Lianor de seu marido
E casar-se co ela, de enlevado
Nun falso parecer mal entendido;
Ou foi que o coração, sojeito e dado
Ao vício vil, de quem se viu rendido,
Mole se fez e fraco: e de bem parece
Que um baixo amor os fortes enfraquece”

Os Lusíadas (III – 139)

Muito contribuiu para este estado de coisas, além de suas características pessoais e seu desastrado governo, o fato de ter se apaixonado perdidamente por uma mulher perversa e cruel, Leonor Teles, a quem desposou secretamente.

Leonor Teles, da casa nobre dos Teles de Menezes, era casada com um fidalgo provinciano, D. João Lourenço da Cunha, até que o rei conseguiu, do Papa, a anulação desse casamento.

Ao casar-se com ela, D. Fernando I rompeu o compromisso que tinha sido ajustado previamente, consequência da Paz de Alcoutim pelo qual ele deveria casar-se com

Dona Leonor de Castela. O tratado de paz de Alcoutim fora firmado entre Portugal e Castela para por fim à Guerra de 1369 a 1371. As cláusulas foram favoráveis a Portugal. Foram-lhe devolvidas todas as praças conquistadas e o rei de Castela concedia a D. Fernando a mão de sua filha Leonor que traria como dote a Ciudad Rodrigo e mais três praças com todas as suas terras.

Entretanto permaneceu casado com Leonor Teles, que o dominava completamente. Ela não era benquista pelo povo que condenava o romance escandaloso que mantinha com o seu válido o conde Andeiro.

5.O fim da dinastia de Borgonha ou Afonsina

A morte de D. Fernando I trouxe, junto com os problemas normais da sucessão, uma ameaça a independência do reino. D. João I de Castela, casado com D. Beatriz, a infanta herdeira do trono português faria forçosamente a fusão dos dois reinos sob a hegemonia de Castela.

Essa possibilidade fez vir a furo os verdadeiros sentimentos das quatro grandes classes da nação que se viram ameaçadas nos seus interesses:

- A nobreza militar territorial. Prezava mais os seus direitos semi-feudais e a sua importância junto ao trono do que os destinos da terra portuguesa.

- A oligarquia burguesa de Lisboa. Era a burguesia de mercados do litoral que mantinha certa tutela sobre a realeza e não queria perder as posições de predomínio político que alcançara.

- A raia miúda. Eram os plebeus da maioria dos burgos e conselhos do interior vinculados pela origem ao solo pátrio tendo ainda vivo na memória as lutas e sacrifícios comuns para obterem a liberdade. A posse de alguns palmos de terra fizeram desabrochar neles um profundo sentimento de nacionalidade.

O Clero ainda desnortado pelo Grande Cisma de Avignon (1378 a 1414), conseqüência do retorno da sede do papado para Roma, confundia-se na massa geral, não tendo interesses solidários de classe. Para que esta última afirmação faça sentido, é preciso desenvolver um pouco mais o raciocínio para que possamos entender exatamente por que o Clero, talvez pela única vez na história de Portugal, permaneceu apático, não tomando parte ativa nos acontecimentos.



O rei Filipe IV de França queria eleger um Papa francês. Em 1305 conseguiu seu objetivo elegendo o francês que adotou o nome de Clemente IV (Papa nº195) e em 1309 conseguiu convence-lo a deslocar a sede da Igreja de Roma para Avignon, na França.

Lá pontificaram sete Papas, sendo o último, Gregório XI, que conduziu a sede da Igreja de volta para Roma, falecendo tão logo lá chegou. Entretanto, nas duas sedes da Igreja, Avignon e Roma, simultaneamente, foi promovida a eleição de seu sucessor. Em Roma foi eleito Gregório XII e em Avignon, Bento XIII. O concílio de Pisa realizado em 1409, visando por fim ao grande cisma, convidou ambos a abdicarem, mas Gregório XII só abdicou em 1415.

O posicionamento do Clero em Portugal nesta ocasião foi completamente diferente, por exemplo, da postura adotada ao tempo de D.Sancho II, quarto rei de Portugal, (1223 a 1247), que embora valente guerreiro, fez péssimo governo. Permitiu que nobres praticassem toda sorte de violências e abusos e finalmente entrou em conflito com o clero. Foi apresentada contra ele em Roma

a acusação de imoralidade e incapacidade. O Papa o excomungou, levando-o a perder a Coroa.

A Rainha Leonor Teles, apesar de sua vida desregrada, passou a contar com a simpatia de boa parte da população do reino, pois era preferível ser ela a governante de Portugal que o Rei de Castela. Esse perigo era palpável, pois vale lembrar que D. João I era casado com a herdeira do trono português e poderia ser também, de alguma forma, rei de Portugal. Por essa razão, a rainha viúva, a despeito de ser amante do Conde Andeiro, foi aclamada regente.

Outro perigo pairava sobre a nação. D Leonor Teles sob a alegação de proteger os direitos da Infanta (sua filha casada com o rei de Castela) secretamente estava articulando para que seu válido e amante o Conde Andeiro (João Fernandes) ocupasse o trono vago.

A oligarquia burguesa de Lisboa tentou tirar partido da crise, propondo uma solução mansa e pacífica para revolver o delicado problema. Sugeriu à Rainha a criação de um conselho político constituído por burgueses de todas as principais comarcas do reino, com maioria da de Lisboa. A rainha hipocritamente anuiu a

tudo com o firme propósito, segundo a análise de alguns historiadores, de conseguir o trono e depois nele colocar o amante.

As cortes invejosas da fortuna do Conde Andeiro, olhavam com desconfiança essa combinação de interesses. D. João de Castela pressionava para que sua jovem mulher fosse logo declarada rainha de Portugal. Em vários centros portugueses importantes ocorreram revoltas populares. A burguesia indignou-se contra essas revoltas e grande parte dela aderiu a idéia de proclamar D. Beatriz rainha de Portugal, embora ela já fosse a rainha de Castela. Outra parte dessa burguesia posicionou-se a favor da coroação de um português optando por apoiar D. João ou D. Dinis, filhos de D. Pedro I e de Inês de Castro.

Boatos que chegavam de Castela indicavam que lá estava sendo preparada uma invasão de Portugal. Leonor Telles tentou organizar a defesa das fronteiras. Isso atraiu todas as atenções sobre ela, firmando-se no trono, mas mesmo assim uma ameaça maior pairava sobre a nação: a presença do Conde Andeiro, estrangeiro, de nacionalidade galega, aventureiro, válido e amante da rainha, um grande empecilho

à paz interna de Portugal.

A revolução e as atividades militares encabeçadas pelo Mestre de Avis só passaram a ter consistência quando o jovem Nuno Álvares Pereira, de 24 anos, fidalgo entre os melhores, forte, bravo e tipo ideal de cavaleiro heróico e puro, deixando em Pontevel seu irmão mais velho, retornou a Lisboa, apresentando-se ao Mestre. Colocou a serviço da pátria sua desconhecida espada e seu gênio estratégico, até então ignorado.

Outro personagem que ganhou força no movimento foi o burguês Álvaro Pais, que fora Chanceler Mor nos governos de D. Pedro I e de D. Fernando I. Adversário de D. Leonor Teles, aderiu a causa visando vantagens pessoais. Conspirou com Nuno Álvares contra a vida do amante e válido da rainha e junto chegaram à conclusão que era urgente matar o Conde Andeiro.

Para Nuno Álvares foi apenas mais um projeto, porém para Álvaro Pais, mais determinado na consecução de seus objetivos pessoais, depois de muitas tentativas, conseguiu convencer outro jovem, o bastardo D. João, Mestre de Avis – medíocre, ambicioso e pobre - a dar a punhalada no Andeiro.

Mestre de Avis - D.João I



- Aclamado Rei pelas cortes reunidas em Coimbra.(1385)

O assassinato do conde visava assustar a rainha, fazendo-a ocupar o trono apenas para satisfazer uma mera fantasia da nobreza, enquanto um conselho de governo controlado por burgueses administrava de fato o país.

Executado o conde conforme planejado, um criado saiu gritando pelas ruas que no paço queriam assassinar o Mestre de Avis. Álvaro Pais juntou a multidão que começou a se formar e foi para o Palácio. O Mestre mostrou-se de uma das varandas sendo aclamado pela multidão. Finalmente aparecera em Portugal um chefe, um messias.

A rainha apavorada e sedenta de vingança, saiu de Lisboa levando consigo a parte da corte que não queria se submeter ao burguês, o que frustrou o plano original de Álvaro Pais. Ele foi encontrar a rainha em Alenquer, para tentar levá-la novamente para o trono através do casamento com o Mestre de Avis, o assassino de seu amante. A resposta de Leonor foi uma imensa gargalhada e como vingança escreveu ao genro, João de Castela, que viesse tomar posse do reino. A partir daí só restava à guerra como solução para a crise.

Confirmada a notícia dos preparativos de Castela para a invasão, era preciso improvisar um chefe militar. O Mestre de Avis, por ser cavaleiro foi o escolhido. Em um simulacro de eleição, ele foi eleito “Defensor e Regedor do Reino”. Os grandes centros populacionais não foram ouvidos, mas o povo aderiu com entusiasmo à sua nomeação, enquanto a nobreza

com desdém o alcunhou pejorativamente de “Messias de Lisboa”.

Depois de algumas escaramuças, João de Castela chega a Santarém onde estava a Rainha e dela obteve uma abdicação formal. A partir daí passou a exercer de fato o poder. Isso levou grande quantidade de fidalgos que até então apoiavam a rainha a passar para o lado do Mestre.

Arrependida, Leonor Teles começou a conspirar contra o genro. Ao ser descoberta foi internada em um convento de Tordesilhas, não podendo mais retornar ao reino.

Alertadas sobre os planos do castelhano, algumas cidades mostraram ao Mestre de Avis a necessidade de contarem com tropas militares. Nuno Álvares Pereira foi enviado como fronteiro, investido de plenos poderes, com uma força de 800 homens contando com 200 lanças, besteiros e peonagem.

Nuno Álvares Pereira



"...
Negam o Rei e a Pátria e, se convém,
Negarão, com Pedro, o Deus que tem."
(13)

"Mas nunca foi que este erro se sentisse
No forte dom Nuno Alveres: mas antes,
Posto que em seus irmãos tão daro o visse,
Reproando as vontades inconstantes,
Aqueles duvidosas gentes disse,
Com palavras mais duras que elegantes,
A mão na espada, irado e não fecundo,
Ameaçando a terra o mar e o mundo:"
(14)

Os Lusíadas Canto IV

Estava começando naquele momento a excepcional carreira do grande cabo de guerra.

Durante o deslocamento foi convocando os partidários do Mestre e conseguiu recrutar mais gente transformando sua coluna em uma força total de 1.500 homens em armas sendo 300 lanças. Foi informado que já se encontrava no Crato uma hoste de 5.000 homens composta de castelhanos e portugueses renegados sob o comando do mestre de Santiago, Pedro Álvares Pereira, seu irmão mais velho. Nuno não hesitou em marchar ao seu encontro para dar-lhes batalha e destruí-lo.

6. Batalha de Atoleiros

(06/04/1384)

Foi uma batalha de encontro ocorrida no sítio pantanoso dos Atoleiros. A tropa portuguesa marchava, de acordo com os princípios táticos da época, escalonada em quatro troços: Vanguarda, Ala direita, Ala esquerda e Retaguarda.

Reconhecendo a desigualdade numérica e o valor de sua tropa, Nuno Álvares Pereira por genial intuição, procurou adotar um dispositivo tático que anulasse todas as vantagens da cavalaria inimiga.

Mandou apejar os cavaleiros e dispôs as quatro alas da hoste em quadrado. Os cavaleiros desmontados ocuparam a frente de cada uma de suas faces oferecendo ao atacante o ferro das lanças fincadas no chão e sustentadas com a força de seus músculos. À retaguarda de-

las, densa linha de besteiros com a missão de flecharem a cavalaria inimiga quando se lançassem sobre a estacada de lanças.

Segundo Fernão Lopes:

“Foi o primeiro que de memória de homens até este tempo fez batalha em Portugal por terra (a pé) e a venceu”

Nessa batalha ficava evidente a importância da infantaria no combate e marcava o início do crepúsculo da orgulhosa cavalaria medieval. Os próprios portugueses comprovariam isso mais tarde em Aljubarrota. Em 1356, Eduardo, o Príncipe de Gales que tinha por alcunha “Príncipe Negro”, ao vencer a batalha de Poitiers, na Guerra dos Cem Anos quando aprisionou o Rei de França, João II, o Bom, foi o primeiro a verificar a importância do combate do homem a pé.

Os castelhanos atacaram com sua orgulhosa cavalaria gritando: “Castela, Santiago” ao que os Portugueses retrucavam com “Portugal, São Jorge”.

Chegando à linha portuguesa,



Batalha de Atoleiros

• “Foi o primeiro que de memória de homens até este tempo fez batalha em Portugal por terra e a venceu” Fernão Lopes

os cavalos caíam derrubados pelo ferro das lanças fincadas no chão. Outros eram abatidos antes mesmo de atingir as linhas pelas flechas disparadas de dentro do quadrado.

Convencidos depois de muitas perdas, da inutilidade dos ataques da cavalaria contra aquele magote de homens que utilizavam uma nova tática de combate, só lhes restava uma solução, a retirada, deixando para trás caída no campo, a nata de seus combatentes.

Atoleiros, batalha vencida no começo da campanha teve como consequência:

- levantar o moral dos até então bissonhos combatentes portugueses;
- abater a confiança de Castela no poder da sua cavalaria e na supe-

rioridade numérica de suas forças sobre as de Portugal;

- dar grande prestígio ao novo chefe militar português que surgia e
- fixar desde o primeiro momento os destinos da campanha como um todo.

Refeito do combate, saiu Nuno Álvares a percorrer as cercanias, agora munido além das prerrogativas reais de Fronteiro com plenos poderes, dos benefícios da fama obtida pela estrondosa vitória. Com isso reverteu a posição dos alcaides que apoiavam Castela a despeito do povo do burgo que já havia se pronunciado a favor do Mestre. Em seguida volta para Lisboa que, segundo informes, seria objeto de novo cerco das hostes castelhanas.

Os castelhanos com cerca de 40 naus e muitas galés fundearam diante de Lisboa e por terra, 5.000 lanças, um troço de 1.000 ginetes, 6.000 besteiros e 18.000 peões fechavam o cerco que, não produziu os esperados resultados e durou apenas quatro meses.

Em Lisboa a fome já fazia seus estragos enquanto no arraial castelhano a peste se desenvolvia surdamente. Quando ela contagiou a própria rainha, D. João apavorado, levantou o cerco, pôs fogo no arraial, se retirou para Santarém e finalmente conduziu o exército de volta para Castela.

Em 1385, a causa da independência ganhara raízes profundas no coração do povo português. Com a finalidade de consolidar a independência resolvendo a crise dinástica, foram convocadas para Coimbra, antiga capital do reino, as cortes gerais da nação. O trono foi oficialmente declarado vago e em eleições lá realizadas o bastardo D. João, Mestre de Avis foi aclamado rei, embora boa parte da nobreza preferisse eleger um dos príncipes D. Denis ou D. João, filhos de Pedro I e de Dona Inês de Castro.

Nuno Álvares Pereira foi nomeado Condestável do Reino. Para as outras funções foram escolhidos e nomeados os fidalgos selecionados dentre os antigos partidários do Mestre de Avis.

Começava em Portugal uma nova dinastia, a de Avis, sendo D. João I, seu primeiro rei.

D. João I de Castela recomeçou os preparativos para uma nova invasão de Portugal. Enquanto realizava esta preparação fez várias incursões armadas ao território português. A maior delas terminou com a Batalha de Trancoso na qual os lusos adotaram uma formação semelhante a usada por Nuno Álvares em Atoleiros o que levou a poderosa cavalaria invasora mais uma vez a derrota.

Contrariando a opinião do con-

selho de guerra que preferia continuar com as pequenas e frequentes operações na fronteira para desgastar continuamente Portugal, o Rei de Castela decidiu invadir o seu território.

7. A batalha de Aljubarrota. (14/08/1385)

A invasão foi realizada pela da região do distrito de Guarda. O rei à testa da coluna composta pela fina flor de sua cavalaria que integrava franceses, gascões, portugueses simpatizantes e grande quantidade de besteiros num total de 30.000 homens.

Do lado português, em Abrantes, a expectativa e a inquietação eram grandes. Com a chegada de Nuno Álvares Pereira com 3.000 homens, convocou-se o conselho de guerra cuja reunião foi muito agitada. Todos os conselheiros preferiam que fosse realizada uma guerra de pequenas ações a arriscar tudo em uma única grande batalha e perder. O rei decidiu pela realização de pequenas ações. O condestável, possesso pela certeza dos místicos e pela confiança na própria genialidade, ignorou as ponderações ditas pelo que julgavam ser o bom senso. A experiência que acumulara em combate, aliada a um inato gê-



nio estratégico e a sagrada causa da independência do reino, levaram o condestável a abandonar o Conselho e desobedecer ao rei. Marchou com seus 3.000 homens para Tomar onde daria combate ao invasor. O rei, depois de muito considerar foi juntar-se a ele com o restante de suas tropas, encontrando-se em Tomar. Enquanto a tropa tomava posição em Porto de Mos, o condestável comandando 100 cavaleiros foi reconhecer o inimigo e escolher um sitio onde deveria esperá-lo, confirmando que combatia a pé mas fazia os reconhecimentos a cavalo...

Escolheu um lugar ermo, situado ao norte do lugarejo de Aljubarrota, constituído por um movimento seco do terreno, cercado por terras baixas e alagadiças que lhe serviria de fosso protetor. Colocou a tropa em posição com frente para Leiria por onde o inimigo viria.

No entardecer do dia 13 os portugueses avistaram a vanguarda castelhana se aproximando vindo da direção de Leiria. Mas, como a noite estava chegando e D.João de Castela estava doente, o encontro foi por ele adiado para o dia 14 de agosto.

Como o arraial português continuasse do mesmo jeito, exposto ao sol e sem se alimentar, foi determinado que as tropas de Castela desfilassem pelo flanco esquerdo

da posição, com a finalidade de produzir terror em seus ocupantes dada a grande diferença dos efetivos. A parada durou meio dia. Quando a cavalaria da vanguarda se defrontou com os portugueses, a retaguarda estava ainda a milhas de distancia.

Ao todo o Condestável possuía 6.500 homens (1.700 lanças, 800 besteiros e 4.000 peões). Com eles ocupou judiciosamente o terreno e durante o lento deslocamento inimigo inverteu a frente, agora dando as costa para Leiria.

As tropas disponíveis foram habilmente colocadas no terreno. A vanguarda, contava com 600 lanças, a ala esquerda com 200, composta de jovem que foi, por motivos óbvios, chamada de a “Ala dos Namorados” e a ala esquerda com 200 homens de armas entre os quais arqueiros ingleses. A ala da retaguarda, a reserva, comandada pelo rei, era composta por 700 lanças.

O dispositivo inimigo ainda não se definira. “O rei em suas andas a tremer maleitas” mal podia comandar. A idéia de uns, optando pela prudência, era manter o cerco e esperar que a fome e a sede derrotassem os portugueses. Outros, mais orgulhosos, achavam que esperar que uma posição pequena defendida por vilões mal treina-

dos ser vencida pela fome, era uma vergonha. Deviam atacar e varrer a posição portuguesa a golpes de lança. Prevaleceu a postura dos que queriam o ataque.

A organização do ataque ficou assim definida:

Na vanguarda 1.600 lanças, a fina flor das cavalaria de Castela, da Gasconha e dos portugueses partidários de D. Beatriz.

As alas direita e esquerda com 700 lanças cada uma e a retaguarda uma massa de 3.000 lanças. Não pensaram em reserva.

Foram distribuídos pelo campo besteiros e peões para atirarem de longe e de vários pontos lançando confusão nas linhas portuguesas.

Já estava baixo o sol quando Castela fez soar as trombetas para o ataque.

O ataque começou com o disparo dos trons, tosca artilharia de pedra. Ela surpreendeu os portugueses e o medo tomou conta de alguns aldeões que tentaram fugir mas foram abatidos pelos besteiros espanhóis espalhados pelo campo o que evitou novas deserções.

Durou muito pouco a ação da primitiva artilharia.

As bombardas de pedra explodiram matando seus primitivos operadores.

A cavalaria avançava mas vendo

a sua frente apenas homens a pé, diminuiu o ritmo do ataque para cortar os cortos da lanças e assim torná-las mais maneáveis e melhor combater homens a pé. Com isso formou-se uma cunha com toda a massa atacante. O choque foi tão grande que aliado ao rebatimento planejado da linha de frente portuguesa, rompeu o centro do dispositivo e penetrou a posição com quase todo o efetivo da cavalaria. Não esperavam tal sucesso e ficaram sem saber o que fazer. Como em um bem ensaiado movimento de dança os portugueses voltaram para suas posições mantendo a cavalaria praticamente presa em seu interior. Pela ala direita os arqueiros flechavam tranquilamente aquela massa de cavalaria. Ao mesmo tempo a “Ala dos Namorados” atacava com grande fúria e D. João I de Portugal vinha esmagá-los com a cavalaria que estava na reserva.

A retaguarda de uma das alas castelhanas recuou encontrando grande dificuldade em atravessar os próprios trens gerando tal confusão e pânico que até o rei de Castela fugiu com sua escolta para Santarém.

A vitória estrondosa considerando a diferença de efetivos: 30.000 castelhanos contra 5.000 portugueses teve causas que valem a enumerar:

- a bravura, o esforço pessoal e o elevado moral de todos os combatentes;
- causa justa – lutavam pela independência da própria terra;
- unidade de comando – o plane-

A Batalha de Aljubarrota (14/08/1385)



jamento e a condução da operação por Nuno Álvares Pereira unicamente;

- escolha de um local ideal para estabelecer a posição defensiva;
- planejamento bem feito e bem executado;
- exploração da postura orgulhosa e prepotente do inimigo e
- a valorização do combatente a pé repetindo a experiência bem sucedida de Atoleiros.

As conseqüências políticas dessa batalha foram:

- a afirmação definitiva de Portugal como nação livre e independente;
- o batismo de sangue da nova realidade implantada pela dinastia de Avis.
- a consagração do novo espírito levando a burguesia ao comando da nação.

Nuno Álvares Pereira continuou a ser um Vitorioso. Após Aljubarrota vence, no mesmo ano, a Batalha de Valverde em pleno território de Castela. Em seguida toma parte em inúmeras batalhas nas diversas guerras intercaladas de tempos de paz.

Tornou-se um homem muito rico. Depois da expedição a Ceuta, repartiu com os mais necessitados todos os bens que amealhou e renunciou aos títulos de nobreza e cargos que recebera. Em seguida recolheu-se ao Convento do Carmo que ele mesmo fundou e construiu na cidade alta em Lisboa. Faleceu em 1431 com a fama de pessoa santa - o “Santo Condestável”. Em 1918, cerca de cinco séculos depois de sua morte, foi beatificado pela Igreja Católica.

8. Conclusão

Nuno Álvares Pereira cerca de cem anos antes do final da idade média aplicou conceitos que contrariavam todos os princípios até então tidos como infalíveis na condução das batalhas e venceu a inimigos muito superiores em meios e em experiência.

Em Aljubarrota, com um a força de cerca de 5.000 homens venceu um exército de 30.000

homens apoiados pela cavalaria francesa. Para tanto, contrariou a opinião do conselho de guerra português e do próprio rei e marchou com 3.000 homens para o encontro com o inimigo. O rei reconsiderou e foi a seu encontro com o restante das forças portuguesas marcando definitivamente a liderança que conquistou

Escolheu o terreno onde deveria esperar o inimigo depois de fazer um meticuloso reconhecimento a frente de 100 cavaleiros empregando a cavalaria em uma missão típica dela que é utilizada até hoje apesar de toda a evolução tecnológica dos meios de guerra. Apesar de ter provado que era um gênio na arte da guerra sempre agiu com humildade e respeitou o inimigo. Por todos os triunfos que alcançou apesar da permanente inferioridade de meios e da genialidade da concepção das manobras executadas, Nuno Álvares Pereira praticamente é desconhecido fora das fronteiras de Portugal, merece ter seu nome colocado junto ao dos maiores generais de todos os tempos.